

POLÍTICA DO EXERCÍCIO DE DIREITO DE VOTO EM ASSEMBLEIA

Roberto Vaimberg

Diretor

Aprovado por:

Isabel Galvão

Gerente de Compliance

Este material foi elaborado pela empresa Régia Capital Ltda., denominada “Régia” ou “GESTORA”, e não pode ser copiado, reproduzido ou distribuído sem prévia e expressa autorização.

Ficha Técnica

Título:

Política de Exercício de Direito de Voto em Assembleia

Área responsável:

Compliance

Descrição:

Esta política visa disciplinar os princípios gerais para exercício do direito de voto, as matérias relevantes obrigatórias, o processo decisório e serve para orientar as decisões da Gestora nas assembleias gerais dos emissores de títulos e valores mobiliários que confirmam direito de voto aos fundos de investimento sob gestão.

Aplicação:

Os funcionários da Régia, bem como sócios, associados, prestadores de serviços alocados nas dependências da Empresa, funcionários temporários e estagiários.

Tipo:

Política Institucional

Aprovado por:

Comitê de Ética e Compliance.

PREMISSAS DESTA POLÍTICA

Cientes de que o voto é um direito essencial, que especialmente quando exercido com diligência e rigor, contribui positivamente para o aprimoramento de práticas de governança, afinal o voto é importante medida de controle dos atos dos administradores e/ou acionistas controladores, nos propusemos a atualizar nossa política de voto.

Há um grande desafio para nós gestores em estabelecer uma política desta natureza, eis que precisamos buscar um equilíbrio entre o exercício do direito de voto e o gasto de capital financeiro e humano necessário para cumprir diligências mínimas para viabilizar o exercício do direito de voto de maneira informada.

Por isso, optamos por definir matérias obrigatórias que, sempre que incluídas na pauta de assembleias gerais, devem contar com nossa análise criteriosa, por representarem matérias que pela sua própria natureza podem ser transformacionais para as companhias investidas, ou representam decisões relevantes para seus negócios.

Para manter a proporcionalidade dos custos envolvidos e relevância da respectiva assembleia para nossas investidas e qualquer outro valor mobiliário investido, o comparecimento à respectiva assembleia somente será obrigatória quando a participação societária de nossos fundos somar um percentual mínimo.

Ainda, em reconhecimento a que em companhias sem controlador definido nossa análise criteriosa das matérias postas a votação é mais importante ainda, assim como que companhias incluídas em nossa Política de Investimento Responsável são companhias nas quais temos especial interesse em acompanhar e fomentar melhores práticas de governança, para essas companhias os percentuais mínimos de participação societária foram reduzidos.

Em qualquer circunstância, os gestores poderão definir que independente dos critérios objetivos aqui elencados a nossa participação em determinada assembleia se faz relevante em razão da tese de investimento ou da análise que se fará sobre determinadas estruturas ou decisões. É com base nestas premissas que esta Política de Voto deve ser sempre interpretada.

1. DEFINIÇÕES E FINALIDADE

A presente Política de Exercício de Voto em Assembleias Gerais (“Política de Voto”), em conformidade com o Código de Administração de Recursos de Terceiros da ANBIMA e com as diretrizes baixadas pelo Conselho de Autorregulação da ANBIMA, disciplina os princípios gerais para exercício do direito de voto, as matérias relevantes obrigatórias, o processo decisório e serve para orientar as decisões da Régia Capital Ltda., nas assembleias gerais dos emissores de títulos e valores mobiliários que confirmam direito de voto aos fundos de investimento sob gestão da GESTORA.

2. PRINCÍPIOS PARA EXERCÍCIO DO DIREITO DE VOTO

A GESTORA deverá participar de todas as assembleias gerais de emissores de títulos e valores mobiliários que confirmam direito de voto aos fundos de investimento sob sua gestão, que na pauta de suas convocações constarem as matérias obrigatórias descritas nesta Política de Voto.

Quando as assembleias sejam realizadas fora do País, deverão ser observadas as regras do respectivo País que regem o voto e participação em assembleias, somente aplicando-se esta Política subsidiariamente e no que não for conflitante com mencionadas regras.

A GESTORA deverá exercer o direito de voto de forma ativa e diligente e atuar em conformidade com a política de investimento dos fundos sob sua gestão, dentro dos limites do seu mandato e, se for o caso, da sua orientação de voto, responsabilizando-se diretamente perante os cotistas na hipótese de extrapolação, abstendo-se de votar no caso de identificada, antes ou por ocasião da assembleia, situação de conflito de interesse, ainda que potencial.

Tendo em vista que a GESTORA exerce poderes discricionários de gestão, entende-se que não são consideradas situações de conflito de interesse a existência de relação comercial entre a GESTORA e a companhia objeto da assembleia, seus acionistas ou administradores, estando a GESTORA autorizada a votar mesmo havendo relação comercial com a emissora.

Em respeito ao disposto no art. 115 da Lei das S.A., serão consideradas situações de potencial conflito de interesse as situações em que:

- I. a GESTORA, direta ou indiretamente, assim como os seus sócios, forem contrapartes da emissora na operação societária ou contrato objeto de deliberação e nessa medida tiverem interesse direto na matéria objeto de votação em assembleia; ou
- II. um administrador ou controlador do emissor é gestor, cotista com gestão não discricionária ou empregado da GESTORA e será diretamente afetado pela matéria objeto de deliberação, sendo certo que a mera votação em verbas globais de remuneração não configura conflito, eis que os acionistas não participam do rateio da verba, sendo este realizado pela própria emissora de acordo com a sua governança.

Havendo situação de potencial conflito de interesse, não poderá ser exercido o direito de voto em assembleia.

POLÍTICA DO EXERCÍCIO DE DIREITO DE VOTO EM ASSEMBLEIA



As situações de potencial conflito de interesse deverão ser informadas pelo gestor do fundo à Área de Compliance ou em quaisquer outras situações em que o gestor considerar haver potencial conflito de interesse.

O direito de voto da GESTORA será exercido observando:

- I. Dever Fiduciário: que se refere a responsabilidade fiduciária da GESTORA perante os cotistas dos fundos sob sua gestão.
- II. Dever de Lealdade: que se refere ao dever de lealdade aos cotistas dos fundos sob sua gestão, que se sobreponem aos interesses da GESTORA.
- III. Dever de Diligência: que se refere a obrigação da GESTORA atuar com cuidado e diligência, sempre pautada pelo princípio da boa-fé.
- IV. Dever de Prestação de Contas: que se refere ao direito de todos os cotistas dos fundos sob sua gestão terem acesso aos votos proferidos no cumprimento desta Política de Voto, bem como das justificativas no caso de não exercício do direito de voto.
- V. Dever de Responsabilidade Corporativa: que se refere ao dever da GESTORA de considerar aspectos Ambientais, Sociais e de Governança (ASG) na política de investimento, conforme Política ASG vigente, ponderando tanto seu impacto sobre risco e retorno como sua contribuição para o desenvolvimento sustentável dos emissores de títulos e valores mobiliários.

3. MATÉRIAS RELEVANTES OBRIGATÓRIAS

Observados os percentuais mínimos de participação societária e outras circunstâncias que dispensam a participação em assembleia, considera-se matéria relevante obrigatória:

- I. No caso de ações, seus direitos e desdobramentos:
 - a. Eleição dos Membros dos Conselhos de Administração e do Conselho Fiscal;
 - b. Aprovação da remuneração dos administradores da companhia, incluindo planos de opção para remuneração de administradores;
 - c. Aquisição, fusão, incorporação, cisão, alterações de controle, reorganizações societárias, alterações ou conversões de ações e demais mudanças de estatuto social, que possam, no entendimento do gestor, gerar impacto relevante no valor do ativo detido pelo Fundo de Investimento;

- II. No caso de ativos financeiros de renda fixa ou mista: alterações de prazo ou condições de prazo de pagamento, garantias, vencimento antecipado, resgate antecipado, recompra e/ou remuneração originalmente acordadas para a operação;
- III. No caso de cotas de fundos de investimento:
 - a. Alterações na política de investimento que alterem a classe CVM ou o tipo ANBIMA do fundo;
 - b. Mudança de administrador ou gestor, que não entrem integrantes do seu conglomerado ou grupo financeiro;
 - c. Aumento da taxa de administração ou criação de taxas de entrada e/ou saída;
 - d. Alterações nas condições de resgate que resultem em aumento do prazo de saída;
 - e. Fusão, incorporação ou cisão, que propicie alterações das condições elencadas nas alíneas anteriores;
 - f. Liquidação do fundo de investimento

4. ASSEMBLEIAS FACULTATIVAS E EXCLUSÕES

A presença da GESTORA nas assembleias gerais é facultativa se estiverem presentes uma ou mais das seguintes situações:

- I. Se a ordem do dia não contiver as matérias relevantes obrigatórias;
- II. Se a assembleia ocorrer no exterior ou em cidade que não seja a capital do Estado e não existir possibilidade de voto à distância;
- III. Se o custo para o exercício do voto não for compatível com a participação no ativo financeiro;
- IV. No caso de companhias com controle definido, se a participação total dos fundos sob gestão for inferior a 2% (dois por cento) do percentual de voto, desde que cada fundo não possua mais de 5% do seu patrimônio no ativo financeiro;
- V. No caso de companhias sem controle definido, se a participação total dos fundos sob gestão for inferior a 1% (um por cento) do percentual de voto, desde que cada fundo não possua mais de 5% do seu patrimônio no ativo financeiro;
- VI. Se houver situação de conflito de interesse, ainda que potencial;

VII. Se a GESTORA fizer diligências no sentido de obter esclarecimentos acerca da ordem do dia e as informações e os esclarecimentos obtidos na não forem suficientes para o exercício do voto.

VIII. No caso de participações decorrentes de investimento em títulos de crédito, se a participação detida for inferior a 10% (dez por cento) da emissão e a ordem do dia não tiver matérias de quórum qualificado.

Esta Política se aplica a assembleias realizadas no Brasil ou no exterior, desde que neste último caso seja possível o voto à distância.

Na hipótese do inciso VII, a GESTORA deverá registrar junto à Companhia sua avaliação de que as informações disponibilizadas não são suficientes para o exercício do direito de voto, sendo que se a ordem do dia contiver matéria relevante obrigatória, deverá ser avaliada a pertinência de solicitar à CVM a prorrogação do prazo de antecedência da convocação realizada, nos termos da Instrução CVM n.º 372, indicando as informações faltantes para corretamente informar o acionista.

Excluem-se desta Política de Voto, a critério da GESTORA, os Fundos de investimento exclusivos e restritos, conforme Tipo ANBIMA do fundo.

5. Processo Decisório

Nos termos da regulamentação aplicável, a GESTORA é a única responsável pelo controle e pela execução da Política de Voto.

O exercício do direito de voto pela GESTORA se insere no seu mandato discricionário de gestão de recursos, sendo exercido, portanto, sem necessidade de consulta prévia a cotistas ou de orientação de voto específica, ressalvadas as eventuais previsões em sentido diverso nos regulamentos dos fundos.

A GESTORA tomará as decisões de voto com base no acompanhamento, monitoramento e nível de engajamento junto aos emissores de títulos e valores mobiliários determinados na Diretriz Interna de Voto, de forma fundamentada e coerente com os objetivos de investimento dos fundos e sempre na defesa dos interesses dos cotistas.

O processo decisório é de responsabilidade do gestor do fundo, do responsável pela área de Análise de Investimentos e do responsável pela Área de Compliance.

O processo de decisão e execução da Política de Voto se iniciará a partir da convocação de uma assembleia e se dará levando em conta as seguintes rotinas:

- a. Em seguida à disponibilização de Edital ou Carta de Convocação para participação em assembleia, serão realizadas análises do material disponibilizado pela respectiva companhia, para definir o

sentido do voto a ser proferido, caso se trate de matéria de comparecimento obrigatório ou a GESTORA defina que a participação na assembleia se faz relevante.

- b. No processo de discussão e definição de proposta de voto, poderão ser solicitados formalmente informações adicionais à empresa que sejam julgadas importantes para subsidiar o voto a ser proferido.
- c. A área de análise registrará as diligências feitas, avaliações realizadas e razões pelas quais se concluiu por votar em determinada direção.
- d. Uma vez definido o teor do voto, a área de Compliance será responsável por providenciar a documentação necessária para viabilizar a participação na assembleia, seja via constituição de representante legal, seja via boletim de voto à distância.
- e. Sempre que julgar relevante, especialmente se houver ressalva quanto a determinada matéria da ordem do dia ou mesmo voto contrário, será apresentada declaração de voto, ficando a área de Compliance responsável por redigir mencionada declaração de voto.
- f. Para manter a proporcionalidade de custos, a GESTORA é autorizada a optar por não votar com os fundos que possuírem quantidade de ações pouco relevante considerando o percentual total detido pelos fundos, assim entendido 0,1% ou menos do total de ações detido por todos os fundos geridos.

O teor dos votos proferidos e o resultado das votações deverão ser comunicados pela GESTORA ao administrador dos fundos, em formato próprio definido por este último, nos termos da regulamentação em vigor.

6. Disposições Gerais

Esta Política foi aprovada pelo Comitê Administrativo de Ética e Compliance da JGP e entra em vigor na data de sua publicação. Tal Política será revisada periodicamente e terá sua atualização realizada em conformidade com as exigências da regulamentação vigente, bem como sempre que se verificar a necessidade de aprimoramento. As revisões poderão ser feitas pelo próprio Comitê.

A área de Compliance comunicará aos Colaboradores da JGP as revisões e atualizações desta Política por meio dos canais internos de comunicação. O Colaborador terá a responsabilidade de ler, entender e a sua não contestação de qualquer item será considerada sua concordância tácita de todos os termos e condições e a expectativa de cumprimento das disposições estabelecidas, representando sua adesão automática à nova versão da referida Política.